

PEREIRA, Laís Borges. A Educação dos “Ingênuos” no Brasil (1871-1879). Bragança Paulista, SP: FESB, 2014. (IMPRESSO)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo mostrar como se deu a educação dos “ingênuos” no Brasil, bem como a sua inserção na sociedade ocorrida durante o período da abolição. No primeiro momento desta pesquisa, mostraremos como o processo educacional foi introduzido no país, levando em consideração a chegada dos jesuítas e suas influências por meio da catequização dos índios. A prática adotada pela metrópole, tinha como sentido “doutrinar” os “selvagens” para a fé católica e, ao mesmo tempo, escravizá-los. O mesmo ocorrendo, muitas vezes, com o escravo negro, proibido de realizar seus cultos e rituais. A partir de então, faremos uma análise da educação dos “ingênuos” e também as práticas adotadas para que os mesmos fossem inseridos como livres na sociedade, partindo da lei do Ventre, lei esta, que contribuiu notoriamente para a inserção do negro no contexto educacional e social. Em meio a um processo histórico bastante peculiar, a libertação dos “ingênuos” foi feita a partir de uma série de contextos e fatos que constituíram nas primeiras experiências educacionais para as crianças nascidas livres a partir da Lei, no caso, 1871. Para discutir tal tema nos utilizamos de alguns autores que pesquisaram o assunto, como Marcus Vinicius da Fonseca, cuja obra trata, justamente, da educação dos negros, e Otávia Romanelli e Nelson Piletti, autores cujos livros são ligados à história da educação do Brasil. Neste sentido, as práticas e concepções pedagógicas voltadas a esta parcela da população tinha um fim bastante claro: ensiná-los para servirem de mão de obra; uma mão de obra dedicada na formação de trabalhadores para o dia a dia de uma sociedade escravagista e branca.